resenha
OLIVEIRA, Luciano. *Do nunca mais ao eterno retorno: uma reflexão sobre a tortura*. São Paulo, Brasiliense, 2009, 2ª edição.

A continuidade da tortura e sua "indizibilidade"

Celma Tavares*

A tortura é uma prática antiga, que existiu entre as civilizações clássicas e que se manteve vigente como parte do processo penal até que a partir do século XVIII começou a ser questionada pelas ideias ilustradas. Neste momento, a tortura chegou a ser abolida de todas as Constituições e Códigos Penais dos países europeus. Contudo, sua abolição no âmbito legal não impediu que essa prática voltasse a ser adotada, permitida e tolerada por diversos países a partir do século XX. Apesar de já não fazer parte dos textos legais, a tortura continuou servindo de instrumento nas guerras e na repressão cotidiana até os dias atuais.

Este é o pano de fundo para a discussão apresentada no livro "Do nunca mais ao eterno retorno: uma reflexão sobre a tortura", de Luciano Oliveira, professor da Universidade Federal de Pernambuco. Construído a partir de uma linguagem direta e com ideias bem articuladas, constitui leitura indispensável para os que buscam entender não só o contexto de retorno da tortura no século XX, mas também o discurso que explica sua continuidade.

O livro apresenta a trajetória da utilização da tortura no século passado, abordando desde o nazismo e o comunismo, passando pela repressão francesa na Argélia até chegar a Abu Ghraib e Guantánamo, já no século atual. O que revela um traço peculiar dessa prática: sua presença independe de ideologia e de maior ou menor nível de desenvolvimento e de consolidação democrática. Para o autor, o que a distingue nos dois lados do equador é muito mais uma questão de grau do que de substância.

Esta segunda edição, revista e atualizada, mantêm as teses defendidas há 15 anos, quando o livro foi publicado. O que indica, por um lado, que o problema persiste, e, por outro, que as hipóteses que sustentam sua argumentação continuam sendo válidas.

A primeira delas é a de que a tortura está sempre voltando à cena, tese que dá nome ao livro, ao referir-se ao eterno retorno[1]. Os casos são inúmeros e sistemáticos, no Brasil e em qualquer outro país. Com o agravante de uma opinião pública inerte aos acontecimentos, pelo menos nos países considerados menos democráticos e menos desenvolvidos. Segundo o autor, a aplicação dessa tese ao Brasil se justifica pelo *continuum* de violência, exclusão e violações aos direitos humanos nos seus mais de quinhentos anos. Exemplo disto é

[1] Fórmula criada pelo filósofo alemão Friedrich Nietzche, em 1881, que considera, pelo fato do tempo ser eterno, que tudo o que aconteceu está fadado a ocorrer outra vez.

o fato de que apesar de nenhuma constituição republicana admitir a tortura como pena e de que desde 1997 esta prática ter sido tipificada como crime, inúmeros e recorrentes são os casos de tortura, desde os mais conhecidos, como Favela Naval, até os que não chegam ao conhecimento público.

A segunda tese, também imutável, se relaciona ao alvo preferencial dos castigos físicos: o pobre e negro, suspeito de haver praticado delitos ou o pequeno marginal das favelas e periferias. Essa diferenciação no trato cotidiano por parte dos agentes do Estado dá lugar à existência de duas categorias bem delimitadas: a dos torturáveis e a dos não torturáveis[2]. Ou seja, a dos pobres, negros e suspeitos e a dos ricos ou de classe média, brancos e acima de qualquer suspeita. Salvo nos casos em que a categoria dos torturáveis é ampliada, alerta o autor. Isso ocorre em situações de confronto ideológico, por razões políticas e, depois dos atentados de 11 de setembro nos Estados Unidos, em razão do combate ao terrorismo.

A questão seguinte discorre sobre a tortura institucional e a espontânea. Nesta parte o autor analisa os dois fenômenos para ponderar que a tortura espontânea, apesar de igualmente grave, é menos relevante e significativa quando comparada à outra. A defesa de seu argumento remete ao fato de que a tortura institucional é pensada, teorizada e às vezes mesmo autorizada, incluindo um desígnio utilitário nessa atitude: seja o de manter regimes totalitários ou ditaduras, seja o de manter uma ordem social excludente, ou simplesmente para, como no caso do Brasil, obter confissões, verdadeiras ou não. Além disso, é executada por aqueles que têm o dever constitucional de proteger e de atuar respeitando o Estado de Direito.

A última tese trata sobre a "indizibilidade" da tortura. Este é um dos pontos fortes do livro, ao identificar uma questão que é característica marcante dessa prática após seu reaparecimento nas primeiras décadas do século XX. A negação da tortura por aqueles que a praticam, a estimulam e a toleram é um comportamento generalizado. A regra é sempre a de utilizar eufemismos para substituir aquilo que realmente significa. Os exemplos são os mais variados: desde "excessos", expressão utilizada com freqüência pela polícia e autoridades brasileiras até "tácticas de interrogatório" ou "técnicas especiais", empregadas pela administração Bush.

A "indizibilidade", que mascara e banaliza a tortura, constitui uma questão crucial para o seu combate e punição. Inclusive porque a opinião pública faz eco desses eufemismos, não reconhecendo a gravidade dessa prática[3]. Mas, ao mesmo tempo, o autor alerta que isso pode ter outro significado: a persistência de uma sensibilidade democrática, de raiz iluminista, que não suporta o desconforto provocado por práticas desumanas. Sem

[2] Estas categorias retiradas do diálogo entre o capitão Segura e um cidadão inglês, personagens do escritor Graham Greene no romance "Nosso homem em Havana". Nele o capitão explica que apenas os pobres, de qualquer parte do mundo, são torturáveis.

[3] Duas pesquisas ilustram bem esse problema. Uma foi realizada em São Paulo, entre 2000 e 2001, com 1041 entrevistados, para analisar o impacto da violência sobre os valores e crenças das pessoas. Um dos resultados apontados foi o de que as pessoas tendem a rejeitar a palavra tortura, mas não necessariamente todas as ações que se configuram como tal (Ver: CARDIA, N. "Exposição à violência: seus efeitos sobre valores e crenças em relação à violência, polícia e direitos humanos". Paris, *Revista Lusotopie*, Éditions Karthala, 2003). O outro estudo foi realizado em 2006, com entrevistas e análise de reportagens sobre o tema, revelando, entre outras questões, que a imprensa, via de regra, substitui a palavra tortura por outros termos como maus tratos, abusos e agressão (Ver: TAVARES, Celma. *Barbarie en la Democracia*. Salamanca, Edições Universidade de Salamanca, 2006).

esquecer também da condenação moral que acaba se voltando contra os torturadores.

É com base nesta sensibilidade que o autor abre caminho para a possibilidade de alguma mudança nesse eterno retorno. Melhor dito, de um eterno retorno ao revés, onde a tortura não tenha mais lugar. Levando em consideração que o retorno da tortura, à margem do sistema legal, encontra-se acompanhado pela vergonha, o autor considera que há motivos para acreditar que estamos no começo desse caminho e que vale a pena continuar na luta contra esta abominável prática.

* **CELMA TAVARES** é Doutora em Direitos Humanos pela Universidade de Salamanca (Espanha). Coordenadora do Núcleo Exigibilidade dos Direitos Humanos das Mulheres da ONG Espaço Feminista.